

**56 - Requerimento Ver. Aurélio Nomura**

**Ofício CFO nº 095/2013 – INFORMAÇÕES**

Considerando que 5.194 ambulantes tiveram as licenças cassadas entre 2005 e 2012 (doc. em anexo),

Considerando a suspensão da Ação Civil Pública (doc em anexo), que estipulava 180 dias para que fosse criado um Plano para os vendedores ambulantes;

Considerando a criação de um Grupo de Trabalho, na Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, no mês de maio, para estudar alternativas para a questão;

Considerando que a Subprefeitura da Sé convocou 510 camelôs para atualização cadastral.

REQUEIRO, nos termos regimentais, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que sejam solicitadas ao Secretário Municipal de Coordenação das Subpreituras, as seguintes informações:

- 1) Qual o resultado do Grupo de Trabalho?
- 2) Outras Subprefeituras também atualizarão seus cadastros? Que medidas a Administração pretende adotar após o cadastramento?.

**SITUAÇÃO**

**Deliberado na R.O. do dia (21/8/2013)**

**Protocolado na Sec. de Coordenação das Subprefeituras em (23/8/2013)**

**RESPOSTA RECEBIDA NA COMISSÃO EM (27/01/2014 )**

**DISPONIBILIZADA NA REDE E ENCAMINHADA AO AUTOR EM (07/02/2014 )**

---

---

---

---

---

---

---

---



**CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**SÃO PAULO**  
*Gabinete do Vereador Aurélio Nomura*

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**REQUERIMENTO Nº 56/2013**

Senhor Presidente,

Considerando que 5.194 ambulantes tiveram as licenças cassadas entre 2005 e 2012 (doc. em anexo),

Considerando a suspensão da Ação Civil Pública (doc em anexo), que estipulava 180 dias para que fosse criado um Plano para os vendedores ambulantes;

Considerando a criação de um Grupo de Trabalho, na Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, no mês de maio, para estudar alternativas para a questão;

Considerando que a Subprefeitura da Sé convocou 510 camelôs para atualização cadastral.

**REQUEIRO**, nos termos regimentais, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que sejam solicitadas ao Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras, as seguintes informações:

- 1) Qual o resultado do Grupo de Trabalho?
- 2) Outras Subprefeituras também atualizarão seus cadastros? Que medidas a Administração pretende adotar após o cadastramento?

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento,

agosto de 2013.

  
**Aurélio Nomura**  
Vereador PSDB



NA/rmrs

Agora no Estadão

Mensalão



Advogados pedem 'serenidade' ao Supremo  
usp



Inscrições para programa de inclusão vão até domingo  
Economia



Banco do Brasil tem papel de governo', diz Bendine  
Atletismo



Solt alcança marca histórica no Mundial de Moscou  
Esportes



Professores municipais e estaduais fazem protesto

Assine o Estadão



## DIEGO ZANCHETTA

Política paulistana

Executivo

15 maio 2013 13:05:02

Prefeitura convoca 510 camelôs que tiveram licenças cassadas por Kassab

COM TIAGÓ DANTAS

O subprefeito da Sé, Marcos Barreto, convocou hoje para atualização cadastral 510 camelôs da região da Rua 25 de Março que tiveram as licenças cassadas pelo ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD), no final do ano passado. A ação do governo municipal cumpre decisão favorável aos ambulantes emitida pela 5ª Vara da Fazenda Pública, a pedido da Defensoria Pública do Estado.

Se os ambulantes convocados apresentarem documentos que atestem o cumprimento das exigências do governo para o comércio informal no centro, eles voltam a ganhar o Termo de Permissão de Uso (TPU). Hoje o grupo trabalha amparado com decisão liminar.

A Justiça entendeu como correta a argumentação do defensor Bruno Miragaia, para quem o ex-prefeito, ao revogar sumariamente as licenças de centenas de ambulantes, "violou os direitos de ampla defesa, razoabilidade e gestão democrática da cidade." Na época, até camelôs deficientes chegaram a ter a licença cassada - depois, porém, Kassab voltou atrás e liberou TPU para portadores de deficiência.



Rua 25 de Março: governo vai recadastrar ambulantes que tiveram licenças cassadas por Kassab

A Defensoria quer que o governo realize audiências públicas em todas as subprefeituras para discutir com os camelôs o uso do espaço público, com apresentação de um plano urbanístico que conte com a indicação de dados, como número de ambulantes formais e informais da cidade, localização de pontos fixos, entre outros. A ação a favor dos ambulantes também teve o apoio do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Amanhã ocorre uma audiência de conciliação entre representantes da entidade, da Prefeitura, dos ambulantes e do Judiciário. A audiência foi convocada pela juíza Carmen Cristina Teixeira, após solicitação do promotor do Ministério Público José Carlos de Freitas.

"A gestão passada ficou marcada pela tentativa de eliminação dos camelôs de São Paulo, apesar da existência da lei que regulamenta o comércio ambulante no espaço público. Já a nova gestão tem se mostrado aberta ao diálogo. Esperamos que dessa audiência surjam apontamentos concretos para a elaboração de um plano municipal para o setor", diz o advogado André Alcântara, do Centro Gaspar Garcia.

A gestão Kassab, porém, diz que a cassação das licenças foi feita após verificação de irregularidades nas bancas, como venda de produtos piratas e colocação de mercadorias espalhadas pelas calçadas, o que é irregular. Em 2007, durante a administração anterior, a emissão do TPU foi proibida por meio da portaria municipal. Ao todo, 5.194 ambulantes tiveram as licenças cassadas entre 2005 e 2012. A remoção de camelôs permitiu obras de urbanização em pontos antes ocupados por barracas, como o Largo da Concórdia, no Brás, e o Largo da Batata, em Pinheiros, na zona oeste, entre outros.

Os camelôs também foram proibidos de ocupar as calçadas, como ocorreu na Rua Teodoro Sampaio, também em Pinheiros, e passarelas em bairros da periferia, como em Guaianazes e em São Miguel Paulista, na zona leste.



**Largo da Condição: remoção de camelôs desobstruiu praças e calçadas na região central e em Pinheiros**

Comente!

Recomendar 31 pessoas recomendaram isso.

Tweetar 13



A+ A-

Comentar...

Comentar

Plugar no feed de Facebook

**Quem Faz**

**Quem Faz**

Diego Zanchetta

Diego Zanchetta, 35 anos, é repórter de administração municipal do Estadão desde fevereiro de 2008. Três vezes finalista do Prêmio Esso (2005, 2006 e 2012), passou também pelos jornais Agora São Paulo e Correio Popular de Campinas. É formado pela PUC-Campinas e fez especialização em Jornalismo Científico na Unicamp.

Assine o Estadão

Inscreva-se no blog

Pesquisar

Compartilhe

Adicione ao Facebook

Siga este blog no Twitter

Assine o feed de RSS

Estadão no Facebook

Curtir 753 mil

Entrar

Entre no Facebook para ver o que seus amigos estão fazendo.

**'Tropicália': 5 motivos para conferir o documentário que estreia no País - cinema - O Estado de S. Paulo - EMais Estadão**

703 pessoas recomendaram isso.

**'O Expresso do Pôr do Sol': 5 motivos para conferir o espetáculo - gente - O Estado de S. Paulo - EMais Estadão**

324 pessoas recomendaram isso.

**Cachorro do filme 'O Artista' lança livro de memórias - gente - O Estado de S. Paulo - EMais Estadão**

18 pessoas recomendaram isso.

**'Voto em São Paulo, mas não quero declarar em quem, me poupe', diz Regina Duarte - televisão - O Estado de S. Paulo - EMais Estadão**

54 pessoas recomendaram isso.

**Madonna enfrenta processos por danos morais na Rússia - musica - O Estado de S. Paulo - EMais Estadão**

7 pessoas recomendaram isso.

**Produtora executiva de 'The Walking Dead' antecipa detalhes da 3ª temporada - televisão - O Estado de S. Paulo - EMais Estadão**

26 pessoas recomendaram isso.

**Vanguart, Emicida e Gaby Amarantos lideram indicações ao VMB 2012 - musica - O Estado de S. Paulo - EMais Estadão**

12.598 pessoas recomendaram isso.

**Comentários recentes**

Marcelo Gomes Freire: Acho bom iniciarem logo essa obra, mesmo sem licitação, por que o GP Brasil de Fórmula 1...

Kamila: Descongelar é igual a criar cargos, caro secretário. Já começou a farra na cidade de são paulo. É...



# Ambulantes cobram atuação da Prefeitura

Trabalhadores exigem regularização e fiscalização; gestão Haddad não comenta

“Recebi a minha licença em 1964, foi pelas mãos do próprio coronel José Vicente de Faria Lima”, diz Francisco Alves do Nascimento, de 79 anos, um dos ambulantes mais antigos da cidade. Deficiente visual, ele tem autorização da Justiça para trabalhar na rua mais concorrida da capital, a 25 de Março, na região central de São Paulo.

No ano passado, foi a primeira vez que esteve na ilegalidade, quando o então prefeito Gilberto Kassab (PSD) cassou a licen-

## • Legalidade

“A atual gestão não persegue os vendedores, mas não está sendo propositiva. Os camelôs estão sem trabalhar e querem de volta as licenças cassadas desde 2005. Até hoje é proibido vender comida na porta do estádio.”

André Alcântara

ADVOGADO DO CENTRO GASPAR GARCIA

ça dele e de todos os outros camelôs de São Paulo. “Fiquei um ano sem trabalhar até a Justiça autorizar”, lembra.

Apesar da tradicional perseguição do poder público à categoria, ele gosta das coisas certas e defende a regularização do setor. “O policial que vem cobrar o meu documento aqui é meu amigo. Eu tenho tudo aqui, nota fiscal, tudo certinho”, diz ele. “Mas também não adianta fiscalizar só camelô. Um terço dessas lojas aqui da 25 não tem alvará, você acredita?”

Nas ruas da cidade, muitos vendedores ambulantes pensam igual a ele: Foi pela falta de atuação da Prefeitura que um grupo de vendedores informais protestou na última segunda-feira na Rua Libero Badaró, na frente da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

Os ambulantes cobram mais ação no Grupo de Trabalho dos camelôs, que foi criado em maio. Com isso, foi suspensa ação civil pública que era movida contra a Prefeitura e estipulada um prazo de 180 dias para

que fosse criado um plano para os vendedores ambulantes da cidade. Até agora, não se chegou a nenhuma conclusão sobre o assunto.

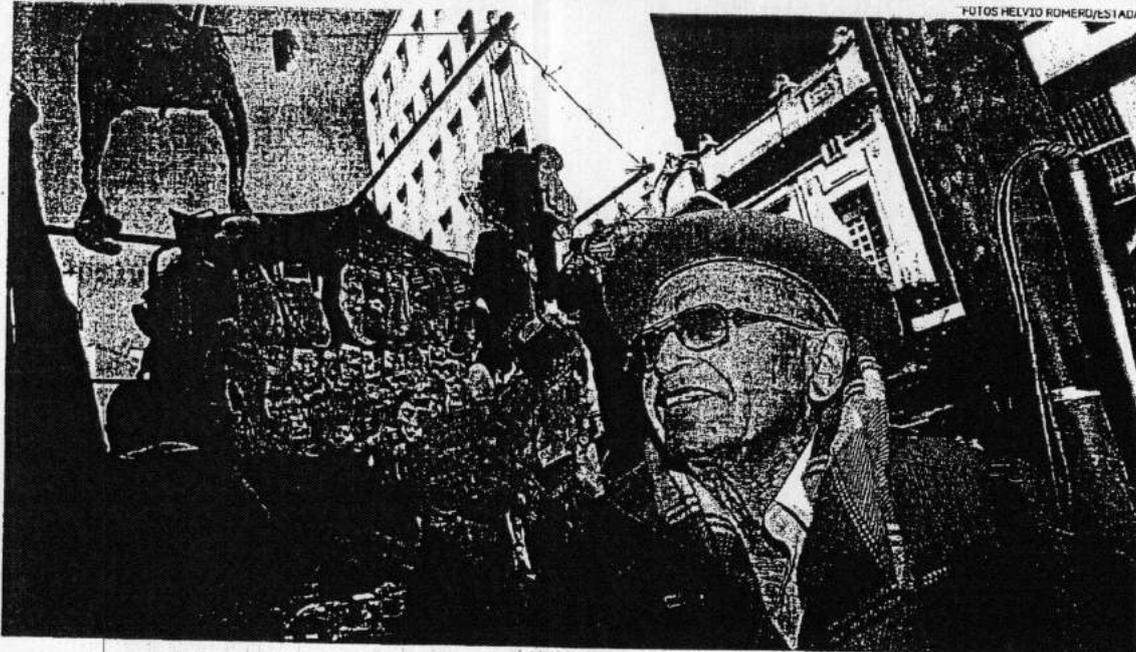
“A gente tem um passivo de trabalhadores que, desde 2005, tiveram os Termos de Permissão de Uso (TPUs) cassados e estão aí todo esse tempo sem poder trabalhar”, afirma o advogado André Alcântara, do Centro Gaspar Garcia, que trabalha com ambulantes da cidade.

**Regularização.** Em maio, o subprefeito da Sé, Marcos Barreto, convocou para atualização cadastral 510 camelôs da região da Rua 25 de Março que tiveram as licenças cassadas por Kassab. Se os ambulantes convocados apresentarem documentos que atestem o cumprimento das exigências do governo para o comércio informal no centro, eles voltam a ganhar o TPU. Hoje, todos trabalham com liminares.

Alcântara afirma, por exemplo, que há espaços onde os ambulantes que tiveram os TPUs cassados poderiam voltar a atuar, como em estádios. A proibição do tradicional sanduíche de permil vendido nas barraquinhas antes e depois dos jogos também foi decretada durante a gestão Kassab.

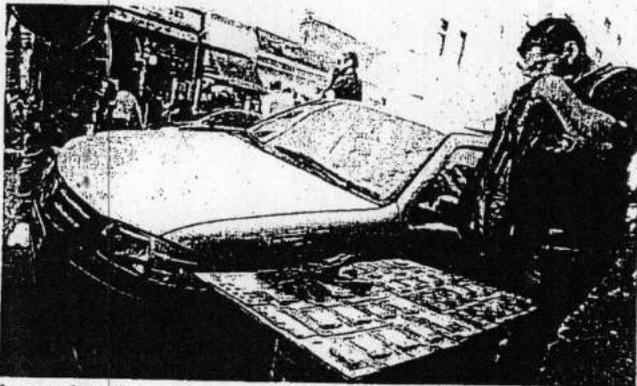
O advogado diz que o comércio informal tenta se regularizar, mas enfrenta grande resistência do poder público para obter a licença. “Se uma rede de lanchonetes quiser colocar um stand na rua, tem mais facilidade do que os camelôs”, diz Alcântara. Outra carência, afirma ele, é capacitar o setor. Medidas como essa, segundo Alcântara, poderiam ajudar a diminuir um dos principais problemas, que é o trabalho infantil.

Questionada sobre qual será a política em relação aos vendedores ambulantes, a Prefeitura não se manifestou. / ARTUR RODRIGUES



FOTOS HELVÍDIO ROMERO/ESTADÃO

**Na Justiça.**  
Deficiente visual,  
Nascimento diz que  
recebeu  
licença  
em 1964,  
mas hoje  
trabalha  
com liminar



**Irregular.** Camelôs montam barracas na Santa Ifigênia

**PARA LEMBRAR**

**Longa história  
de proibições**

No século 19, já havia camelôs - grafava-se camelots - em São Paulo. Eles vendiam porta-niqueis, gravatas e canivetes na capital.

A categoria sempre foi perseguida. Em 1960, o então pre-

feito Ademar de Barros proibiu os vendedores ambulantes de trabalhar. A repercussão foi tão negativa que se viu obrigado a voltar atrás.

Em 1977, o prefeito Olavo Setúbal incentivou os camelôs deficientes. Em 1986, Jânio Quadros proibiu vendas na rua, com exceção de quem tinha alguma deficiência.

**PONTOS-CHAVE**

**Licenças foram cassadas entre 2005 e 2012**

● **Remoções**  
Com uma política voltada para a liberação das calçadas da cidade para os pedestres, Gilberto Kassab cassou a licença de 5.194 ambulantes entre 2005 e 2012.



● **Obras**  
A retirada de camelôs permitiu obras de urbanização em pontos como o Largo da Condição, no Brás, e o Largo da Batata, em Pinheiros, na zona oeste.



● **Justiça**  
Apenas 510 camelôs têm hoje permissão para trabalhar na região central. Eles conseguiram autorização judicial por meio da Defensoria.

Cad/Pág: A20

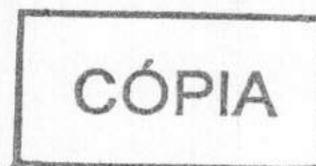
TID nº 11099632



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

São Paulo, 21 de agosto de 2013.

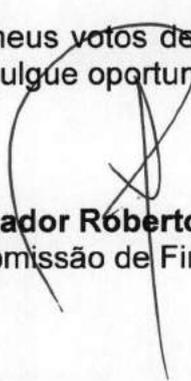
Ofício CFO nº 095/2013



Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia do Requerimento nº 56/2013, de autoria do Vereador **Aurélio Nomura**, aprovado na Reunião Ordinária de 21/8/2013, pelo qual solicita informações sobre a criação de Grupo de Trabalho para tratar das licenças para vendedores ambulantes.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.

  
**Vereador Roberto Tripoli**  
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Anexo: cópia do requerimento citado.

Exmo. Sr.  
**FRANCISCO MACENA**  
Secretário de Coordenação das Subprefeituras  
Rua Líbero Badaró, 425, Centro  
Fone: 3101-5050





PREFEITURA DA CIDADE DE  
**SÃO PAULO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO  
DAS SUBPREFEITURAS

11654058

São Paulo, 06 de janeiro de 2014.

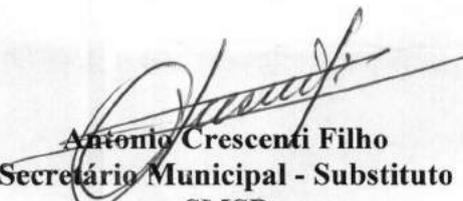
**Ofício nº 003/SMSP/GAB/SEC/2014**

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de cumprimentá-lo e, por necessário, em atenção ao ofício CFO nº 095/2013 (TID 11099632), informar a Vossa Excelência quanto ao requerimento nº 56/2013 de autoria do nobre vereador Aurélio Nomura o seguinte:

1. O Grupo de Trabalho Sobre o Comércio Ambulante apresentou como resultado uma proposta de plano para apreciação e decisão do Executivo, cujo objetivo principal é regularizar a situação dos trabalhadores ambulantes que tiveram seus Termos de Permissão de Uso - TPU cassados ou revogados e que continuam trabalhando amparados por força de liminar de 2012;
2. As principais medidas indicadas para a apreciação final do Chefe do Executivo foram: a) atualização cadastral dos ambulantes que constavam da lista de TPUs regulares de 2009 (data da última atualização cadastral); b) após esta atualização pelas Subprefeituras envolvidas, a emissão de novos TPUs (a regularização da situação); c) padronização da fiscalização, dentre outras que disciplinam o comércio ambulante.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

  
**Antonio Crescenti Filho**  
Secretário Municipal - Substituto  
SMSP

Ao Senhor  
**Vereador Roberto Trípoli**  
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento  
Câmara Municipal de São Paulo

NESTA  
ACF/AA/rvr  
OFS-003.doc